

Os parâmetros
básicos da
condicionalidade
na visão
cognitivista

Lilian Vieira Ferrari *

Abstract

Work in Construction Grammar has focused on the aspects of meaning “semantic” or “pragmatic”, which conventionally attach to a construction. Following this approach, this paper investigates meaning correlates of aspects of conditional form in Brazilian Portuguese, and its correlation to contextually determined aspects of conditional interpretation.



● **Considerações Preliminares**

*“O pensamento parece uma
coisa à toa,
mas como é que a gente voa
quando começa a pensar”*

* Dpto de Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O que essa conhecida música do cancionero popular brasileiro poeticamente retrata é, na verdade, um dos pressupostos fundamentais da abordagem cognitiva da linguagem. Pensamos sobre lugares distantes, tempos passados e futuros, crenças, desejos, hipóteses, etc. As línguas humanas, por sua vez, precisam estruturar-se de forma a sinalizar esses “deslocamentos” de nossos pensamentos, se quisermos comunicá-los a nossos interlocutores.

Os *construtores de espaços mentais* são expressões lingüísticas encarregadas exatamente de sinalizarem domínios cognitivos criados localmente, que operam sobre o discurso subsequente e estabelecem suas condições de validação. Vejamos alguns exemplos:

- (1) *Em Portugal*, os ônibus são chamados de autocarros.
- (2) *Em 1964*, o presidente era de esquerda.
- (3) *No filme*, Marcos Palmeira é Villa Lobos.
- (4) *Se Jorge fosse mais velho*, seus cabelos brancos inspirariam respeito.
- (5) *Estritamente falando*, a baleia é um mamífero.

Nos exemplos acima, as construções em itálico introduzem espaços mentais de diferentes tipos. Em (1), *em Portugal* é um construtor de espaço geográfico, criado a partir do espaço-base (*Brasil*), que é tomado como ponto de referência. Em (2), temos um introdutor de espaço temporal *em 1964*, que é passado em relação ao espaço temporal-base (*2000*). Em (3), abre-se um espaço cênico, a partir do espaço concebido como “realidade”. O ator “Marcos Palmeira” pode ser então conectado à sua contraparte “Villa Lobos”. Em (4), a condicional contrafactual introduz um espaço hipotético, que contraria as evidências do ponto de vista do espaço-base. Em (5), a reduzida de gerúndio angula a afirmação subsequente de que as baleias são mamíferos, sinalizando que tal afirmação é feita a partir de um domínio técnico, e não a partir do “senso comum” no espaço-base.

Seria possível listar uma série de outros construtores de espaços mentais em Português, mas os casos apresentados acima são suficientes para ilustrar o argumento de que as expressões lingüísticas atuam como sinalizadoras de processos de pensamento mais gerais, entre os quais destaca-se a criação *on-line* de domínios cognitivos locais, em função de pressões comunicativas e interacionais.

Levando em consideração as observações tecidas até aqui, enfocarei neste trabalho um tipo específico de introdutor de espaço mental em Português que são as orações condicionais. A partir do paradigma dos espaços mentais proposto por Fauconnier (1994, 1997), não há sentido em tentar avaliar as condições de verdade de sentenças como *Se Napoleão fosse filho de Alexandre, ele seria macedônio*, já que não há verdade “absoluta” quando apenas alguns fatos e leis são importadas para espaços hipotéticos, e aqueles que são importados são selecionados para que se possa desenvolver um raciocínio específico. Não é possível, portanto, estabelecer um significado “pré-pragmático”, já que aspectos lingüísticos convencionais de morfemas e

construções são essencialmente pistas comunicativas para a construção pragmática de espaços.

Em suma, pode-se dizer que o presente trabalho busca explorar os modos pelos quais as sentenças condicionais estão envolvidas na construção de estruturas cognitivas extra-lingüísticas. Para isso, entretanto, temos que documentar os significados que os elementos lingüísticos carregam em virtude de convenções lingüísticas específicas.

Dentro da perspectiva cognitivista, não é possível tratar forma e significado separadamente, já que se postula a hipótese de que a gramática é essencialmente simbólica (Fillmore 1977, 1982, Langacker 1987, Lakoff 1987, e outros). Nos termos da *Gramática das Construções* (Fillmore 1988, Fillmore, Kay & O'Connor 1988, Fillmore & Kay 1994, Goldberg 1994), cada construção gramatical lexical ou sintática, possui uma interpretação semântica e/ou pragmática como parte de sua descrição. Considera-se, portanto, que aspectos da estrutura de uma dada sentença contribuem para a interpretação global da mesma.

No que se refere à condicionalidade em Português, a proposta é abordá-la como uma categoria superordenada, cujo significado básico “se p, q” combina-se com outros elementos formais (formas verbais, tipo de conjunção, etc) e com fatores contextuais. Não basta, portanto, documentar os vários sentidos das condicionais, mas mostrar suas motivações composicionais (quais aspectos formais são relevantes para a interpretação). É preciso investigar tanto os parâmetros do significado condicional quanto os parâmetros da forma condicional, e suas correlações.

Esse tipo de descrição gramatical aborda as sentenças condicionais como exemplos de “construções”. É interessante notar que a parte estrutural de uma construção pode envolver um conjunto de padrões encontrados em outras partes da língua, mas em uma construção específica os padrões selecionados são associados a significados especiais (semânticos, pragmáticos ou ambos).

Tomando-se como ponto de partida os pressupostos teóricos expostos acima, serão discutidos a seguir os parâmetros básicos da condicionalidade em Português em termos da correlação forma-interpretação que estabelecem.

2. O esquema “se p, (então) q”: aspectos e variedades

A expressão do significado condicional em Português pode aparecer de diversas formas. Como exemplo, podem-se destacar as chamadas *coordenadas imperativas*:

(6) Diga mais uma palavra e eu corto a sua mesada.

Embora construções do tipo acima compartilhem alguns traços com o tipo padrão de construção condicional, o presente trabalho constitui

uma tentativa de descrição das sentenças condicionais em Português, que são composições complexas de uma oração nuclear (a apódose **q**) e uma oração subordinada prototipicamente introduzida pela conjunção “se” (a prótase **p**).

Essa fórmula geral abriga uma ampla variedade de condicionais. Em primeiro lugar, a diversidade pode ocorrer na apódose, que pode apresentar orações declarativas, interrogativas ou imperativas:

- (7) Se chover, **eles vão cancelar o jogo.**
- (8) Se chover, **será que eles vão cancelar o jogo?**
- (9) Se chover, **cancelem o jogo.**

É possível também que a prótase seja introduzida por uma conjunção (ou locução conjuntiva) diferente de “se”, como nos casos a seguir:

- (10) **Caso** chova, eles vão cancelar o jogo.
- (11) **A menos que** chova, vai haver jogo.

Ou ainda, a conjunção “se” pode apresentar-se acompanhada de outros itens lexicais:

- (12) **Mesmo se** chover, eles não vão cancelar o jogo.
- (13) **Só se** chover, eles vão cancelar o jogo.

Finalmente, a variação pode relacionar-se à seleção modo-temporal na prótase e na apódose. Vejamos algumas possibilidades:

- (14) Se Maria **for** para a Itália, ela **deixará/vai deixar** o emprego.
- (15) Se Maria **fosse** para a Itália, ela **deixaria/deixava** o emprego.
- (16) Se Maria **tivesse ido** para a Itália, ela **teria deixado/tinha deixado** o emprego.

Todas essas variações apresentadas acima afetam a interpretação, mas o tratamento da estrutura “**se p, (então) q**” como a moldura sintática mais ampla permite que se analisem os modos pelos quais outros elementos formais afetam a interpretação da construção como um todo.

A moldura sintática estabelece uma relação de causalidade entre **p** e **q**, de tal forma que o que é afirmado é essa relação causal, e não os eventos em si mesmos. De acordo com Sweetser (1990), a relação de causalidade pode ocorrer em diferentes domínios cognitivos: **de conteúdo, epistêmico e pragmático**. No primeiro caso, estabelece-se uma relação de causa e efeito entre eventos no mundo descrito (“*Se esfriar, nós ligaremos o aquecedor*”); no domínio epistêmico, a relação que se estabelece é entre premissa e conclusão no nível do raciocínio (“*Se eles ligaram o aquecedor, é porque esfriou*”); no domínio pragmático, a prótase da condicional constitui um comentário que possibilita o ato de fala a ser realizado na prótase (“*Se não for pedir muito, você poderia ligar o aquecedor?*”).

3. O papel da conjunção “se”

Em termos cognitivos, a conjunção “se” pode ser considerada um **operador de encaixe** (*matching operator*). Fauconnier (1997) argumenta que esse tipo de operador abre dois novos espaços, um *espaço-fundação* e outro *espaço-expansão*, subordinado ao primeiro. Em termos discursivos, o que isso quer dizer é que a prótase de uma condicional atua como um angulador, que estabelece as condições de validação do discurso subsequente.

Em termos lingüísticos, a conjunção “se” é um expoente de status especial em relação à afirmação sob seu escopo. Esse status pode ser melhor descrito por referência à definição de ato de fala assertivo (Searle 1969). Para Searle, uma afirmação conta como expressão da crença do falante, com base nas seguintes condições de felicidade:

- a O falante possui evidências para sustentação da crença;
- b O falante acredita que sua crença é verdadeira;
- c O ouvinte não compartilha necessariamente da mesma crença (precisa ser lembrado ou informado);

Dancygier (1998) argumenta que “se” funciona como uma instrução para o ouvinte tratar a afirmação sob seu escopo como não tendo sido afirmada da maneira usual. Trata-se, na verdade, de um **marcador de não-assertividade**, utilizado quando uma suposição precisa ser considerada, mas não pode ser afirmada (considerando-se as condições de felicidade para afirmações). Portanto, a suposição será apresentada como não-afirmável (**unassertable**). Para lançarmos mão de outro exemplo da música popular, temos o seguinte trecho cantado por Marisa Monte:

*“Se ela preferiu ficar sozinha,
ou se tem um outro bem
se ela me deixou, a dor é minha,
não é de ninguém”*

Na canção, o poeta não afirma que a amada tenha preferido ficar sozinha, nem que tenha um outro amor; não afirma sequer que ela o tenha deixado. Apenas considera essas possibilidades (talvez porque elas já estejam sendo consideradas por outras pessoas), para reivindicar a administração pessoal e intransferível de sua própria dor.

Em termos de construção do sentido, podemos concluir que a conjunção “se” atua em pelo menos três níveis: a) no nível cognitivo mais geral, como um operador de encaixe, introdutor de dois espaços hipotéticos, de modo que o segundo seja subordinado ao primeiro; b) em nível lexical, como marcador de não-assertividade; c) no nível da construções, como introdutor de uma das orações da construção condicional, que apresenta as suposições **p** e **q** como conectadas em domínios cognitivos específicos.

4. Forma Verbal

As formas verbais nas construções condicionais são normalmente destacadas como aspectos importantes da caracterização global das mesmas. Dancygier (1998) argumenta que a morfologia verbal revela a natureza específica da não-assertividade da suposição sob escopo de “se” e da relação entre **p** e **q**, ao invés de estabelecer uma referência temporal em si.

Toda condicional apresenta uma suposição que poderia ser afirmada sob condições adequadas, mas que não está sendo afirmada em uma emissão particular por um falante específico. O aspecto particular do conhecimento do falante que torna a suposição não-afirmável é codificada, entre outras coisas, pelas formas verbais utilizadas.

Retomemos os exemplos (14) a (16) apresentados acima:

- (14) Se Maria **for** para a Itália, ela **deixará/vai deixar** o emprego.
- (15) Se Maria **fosse** para a Itália, ela **deixaria/deixava** o emprego.
- (16) Se Maria **tivesse ido** para a Itália, ela **teria deixado/tinha deixado** o emprego.

Todos os casos acima são exemplos de condicionais de conteúdo, nos termos de Sweetser (1990). Há uma relação condicional e causal entre os eventos descritos na prótase e na apódose. Além disso, em todos os casos a ida de Maria para a Itália não está sendo afirmada, mas apenas considerada para o estabelecimento da predição de que ela deixará o emprego. O que os diferentes tempos verbais estão sinalizando é o tipo de não-assertividade em questão. Em (14), o falante não pode afirmar que Maria vai para a Itália, porque não sabe se isso realmente vai acontecer. É o que Fillmore (1990) denominou **postura epistêmica neutra**; o uso do futuro do subjuntivo sinaliza **desconhecimento** em relação à efetiva realização do evento. Em (15), o impedimento para a afirmação situa-se na existência de outras suposições que contrariam a suposição da realização da viagem de Maria (por exemplo, ela não conseguiu visto para morar na Itália); o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo indica que o evento é **contrário às expectativas**. Em (16), a ida de Maria para a Itália está completamente fora de questão; o uso do pretérito-mais-que-perfeito do subjuntivo sinaliza **impossibilidade** de consideração do evento como real. Em ambos os casos, o falante apresenta **postura epistêmica negativa** (mais fraca, no primeiro caso, e mais forte, no segundo).

É interessante notar que a seleção do tempo verbal pode sinalizar para o ouvinte o ponto de vista adotado pelo falante. Consideremos o seguinte fragmento de carta, adaptado de Dancygier (1998, p.57):

- (17) Nós programamos o seu seminário para 5ª feira, dia 14 de fevereiro. Se você o **apresentar** na primeira 5ª f depois da sua chegada, você terá um público maior do que se você o **apresentasse** no final da sua visita.

No exemplo acima, as duas prótases condicionais referem-se a eventos futuros. A diferença na seleção temporal apenas sinaliza que a primeira opção é a preferida. Nos termos de Fleischman (1989), trata-se de uma metáfora básica de distância temporal, que consiste em expressar vários tipos de distância não-temporal pelo uso de uma forma temporal mais distante. A extensão feita é na maioria dos casos de não-factuality (“distância” da realidade ou crença), mas também de distância subjetiva (em relação ao ponto de vista do falante).

Resta-nos, agora, considerar uma outra possibilidade de seleção modo-temporal na prótase condicionais em Português que é o presente do indicativo. A questão que se coloca é a diferença básica entre sentenças do tipo:

(18) **Se chover**, eles vão cancelar o jogo.

(19) **Se chove**, eles cancelam o jogo.

Não poderíamos dizer que, em (19), o uso do presente do indicativo assinala que a chuva esteja sendo tomada como “factual”. Como já foi descrito, a conjunção “se” estabelece a não-assertividade do evento sob seu escopo. No caso do futuro do subjuntivo, o tipo de não-assertividade codificado baseia-se na falta de evidências para a afirmação. Qual seria então o tipo de não-assertividade codificada pelo presente do indicativo? Parece que nesse caso continua havendo falta de evidências diretas para a afirmação, mas há evidências indiretas que não não provêm da “realidade” em si, mas de um fato discursivo. Como exemplo para esse tipo de fenômeno, podemos apresentar a retomada do discurso do interlocutor para o desenvolvimento de um raciocínio. O trecho a seguir, apresentado em Almeida (1999, p.40) e retirado do livro “Ícone”, de Frederick Forsyth, ilustra essa possibilidade:

(20) Monk descreveu os acontecimentos de 15 de julho, tão depressa quanto podia, com medo de perder a atenção do velho ou, pior ainda, sua paciência.

- Não acredito! – disse o general, quando ele terminou – Veio aqui com uma história fantasiosa...

- **Se é uma história fantasiosa, então três homens não morreram na tentativa de recuperar o documento.** Mas morreram. Vai a algum lugar esta noite?

- Não. Por quê?

- Então por que não larga as memórias de Pavel Grachev e lê as intenções de Igor Komarov?

É interessante notar que, no exemplo acima, tanto o futuro do subjuntivo (*se for uma história fantasiosa*) quanto o pretérito imperfeito do subjuntivo (*se fosse uma história fantasiosa*) teriam sido possíveis. No entanto, através do uso do presente do indicativo o falante “reconhece” provisoriamente os argumentos do interlocutor, para negociar seu próprio ponto de vista.

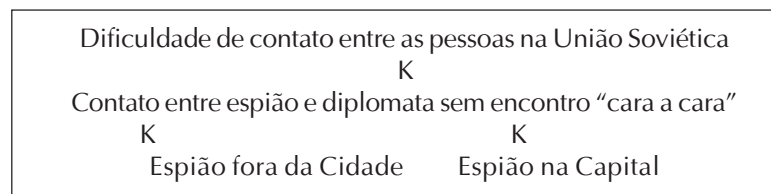
Outro fato discursivo que pode ser codificado pelo presente do indicativo na prótase da condicional é a sinalização do tópico. Observemos o exemplo abaixo, também retirado de Almeida (1999, p.36/37):

(21) Dentro da União Soviética, não havia como telefonar para o escritório de um homem e dizer: vamos tomar um café. Todos os telefones eram grampeados, todos os diplomatas eram vigiados. Os estrangeiros, só pelas roupas, sobressaíam a um quilômetro de distância. Os contatos tinham de ser feitos com o maior cuidado e eram muito raros (...)

Dessa maneira, o espião pode permanecer em contato com seu controlador por meses, até mesmo anos, sem qualquer “encontro” cara a cara. **Se o espião se encontra fora da cidade**, onde os diplomatas não podem ir, ou **mesmo na cidade**, mas nada têm a entregar, a regra é que dê um “sinal de vida” a intervalos regulares. **Na capital**, por onde os diplomatas podem circular, esses sinais podem ser marcas de giz, que significam, por sua forma e localização: Estou bem, mas não tenho nada para você. Ou então: Estou preocupado, pois acho que me encontro sob vigilância.

Quando a distância impede essas mensagens secretas, e as províncias na União Soviética sempre forma proibidas aos diplomatas americanos, pequenos anúncios em jornais principais constituem um meio importante de dar sinais de vida.

De acordo com Chafe (1994), o tópico discursivo constitui-se de uma quantidade de informação que pode estar semi-ativa, mantendo-se disponível para o escaneamento pelo foco de consciência. O tópico pode demonstrar uma organização hierárquica, em que tópicos maiores envolvam os menores. No exemplo acima, observamos a seguinte hierarquia:



Levando-se em consideração a organização hierárquica de tópicos apresentada acima, verifica-se que, no exemplo (21), a prótase da condicional introduz os sub-tópicos referentes à localização do espião. Tal função é sinalizada pelo uso do verbo no presente do indicativo, explícito na primeira oração (**se o espião se encontra fora da cidade**) e elíptico na segunda (**mesmo se o espião se encontra na cidade**).

É interessante notar que, após a introdução dos sub-tópicos pelas condicionais, cada um deles é retomado por construtores de espaços mentais específicos. O sintagma preposicionado “na capital”, cria o domínio para o relato das estratégias utilizadas dentro da cidade; já a oração “quando a distância impede essas mensagens secretas” retoma o domínio “fora da cidade”, para descrever as estratégias relacionadas a esse espaço. Considerando-se que essa última oração é uma temporal-condicional, em que a conjunção

“quando” é um operador de domínios pode ser parafraseada por “nas vezes em que” (Fauconnier, 1997), pode-se sugerir que a construção temporal-condicional não introduz novos espaços, mas atua discursivamente na re-introdução de espaços anteriormente abertos.

Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista

Lilian Vieira Ferrari

5. Considerações Finais

A contribuição do presente trabalho no tratamento da condicionalidade em Português situa-se em dois níveis distintos e complementares. Em primeiro lugar, buscou-se estabelecer correlações entre forma e significado das construções do tipo “se p, (então) q”, partindo-se do princípio de que características formais convencionais dessas construções contribuem de maneira específica para a interpretação global das mesmas. Em seguida, com base na hipótese de que tais construções são introdutoras de espaços mentais, buscou-se uma explicitação do modo pelo qual aspectos tais como escolha da conjunção e seleção modo-temporal atuam na construção pragmática de domínios cognitivos com funções discursivas específicas.

Vale ressaltar que a abordagem cognitivista das construções condicionais, nos moldes aqui propostos, parte do princípio de que a escolha de formas hipotéticas não é ditada por nenhuma avaliação direta do que é possível ou impossível na realidade. De acordo com Fauconnier (1985, 1996), os “espaços-filhos” herdam estrutura de seus “espaços-mães”, de modo que quando condicionais são criadas a partir do espaço-base, as características compatíveis desse espaço-base são transferidas para o novo espaço. Portanto, não se tem a criação de um mundo possível totalmente diferente do mundo concebido como real, mas a alteração desse mundo “real” em apenas alguns aspectos para fins discursivos e interacionais. Por outro lado, pode-se sinalizar como “real” algo que sabidamente difere das crenças do falante sobre a realidade, com fins estratégicos de negociação de ponto de vista e/ou de tópico discursivo.

6. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, S.A.F. *Escolha Modo-Temporal na Tradução de Construção e Condicionais do Inglês para o Português: uma Abordagem Sócio-Cognitiva*. Dissertação de Mestrado, UFJF, 1999.
- CHAFE, W. *Discourse, Consciousness, and Time*. Chicago & London: The University of Chicago Press. 1994.
- DANCYGIER, B. *Conditionals and Prediction; Time, Knowledge and Causation in Conditional Constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Mass.:MIT Press. (2nd edn. 1994, Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

- FERRARI, L. V. Postura Epistêmica, Ponto de Vista e Mesclagem em Construções Condicionais na Interação Conversacional. *Revista Veredas*. v. 3, no. 1, Juiz de Fora: Ed. ufjf, 1999.
- _____. L. *Modalidade e Condicionalidade no Português do Brasil*. (no prelo)
- FILMORE, C. Frame Semantics. In: Linguistic Society of Korea (ed). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982.
- _____. C. *Epistemic Stance and grammatical form in English Conditional Sentences*. In M. Ziolkowski, M. Noske, and K. Deaton (eds.), Papers from The 26th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society. Chicago: Chicago Linguistics Society, 1990. p.137-62.
- _____. C., Kay, P. & O'Connor, M.C. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: the case of 'let alone'. *Language* 63(3). 1988. p. 501-38.
- FLEISHMAN, S. Temporal distance: a basic linguistic metaphor. *Studies in Language*, nº 13: 1-51, 1989.
- GOLDBERG, A. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: Chicago University Press. 1994.
- LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, R. *Foundations fo Cognitive Grammar*. v.1. California: Stanford University Press, 1987.
- SALOMÃO, M.M.M. A Questão da Construção do Sentido e a Revisão da Agenda Dos Estudos da Linguagem. *Revista Veredas*. v. 3, no. 1, Juiz de Fora: Ed.Ufjf, 1999.
- SEARLE, J. R. *Speech Act*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SWEETSER, E. *From Etimology to Pragmatics*. PhD Dissertation, University of California, Berkeley, 1990.